

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA: UM ESTUDO SOBRE O PAPEL SOCIAL DO GRÊMIO ESTUDANTIL NA ESCOLA PÚBLICA

SULAMITA BERNARDO DE ALBUQUERQUE

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Centro de Artes e Comunicação

ISABELE LOUISE MONTEIRO DE FARIAS

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Centro de Artes e Comunicação

INTRODUÇÃO

Dentro do ambiente escolar é possível perceber o reflexo dos grandes problemas sociais e da realidade em que a escola e os estudantes estão inseridos, como uso de drogas, violência, situações de racismo e preconceito de toda espécie. Sendo assim, os sujeitos que compõem a escola devem estar engajados no enfrentamento dessas questões, como também, em preparar cidadãos conscientes de seu papel de transformação da sociedade. A escola deverá ser capaz de fomentar oportunidades que desenvolvam as capacidades dos estudantes com princípios norteadores e precursores essenciais para a paz e justiça social. O Grêmios Estudantil é o órgão máximo de representação dos estudantes na escola, ouvindo suas demandas e buscando soluções conjuntas com professores e equipe gestora, consiste em uma organização sem fins lucrativos que representa o interesse dos estudantes, legitimado pela lei nº 7.398, de 04 de novembro de 1985, a implantação do grêmios consiste numa preparação prévia dos estudantes, afim que estejam envolvidos e estimulados a aprender sobre suas responsabilidades diante da representatividade, sendo assim, é necessário que a escola oriente seus estudantes com dinâmicas que foquem em temas como liderança, protagonismo, colaboração, relações interpessoais, assim como, a organização e atribuições do grêmios enquanto instância colegiada para após iniciar as etapas de formação. A implantação do Grêmios Estudantil tem o objetivo de criar oportunidades para a participação ativa dos estudantes na solução das dificuldades enfrentadas no ambiente escolar e propiciar o engajamento político-pedagógico com base na solidariedade, no respeito, na tolerância, no convívio entre as pessoas e das aspirações humanas de humanidade e dignidade (SANTOS; CHAUÍ, 2013). A participação efetiva de caráter político-pedagógico entende-se como ações protagonistas, esse movimento incentiva professores, estudantes, familiares e todo o coletivo da escola, na busca de práticas pedagógicas diversificadas, que congregam o ensino e os valores que permeiam os princípios norteadores dos direitos humanos, possibilitando um ambiente rico em saberes e possibilidades, que busquem transformar a violência ou submissão em atitudes assertivas ou diálogo. A construção de ações cotidianas ou projetos pedagógicos com viés participativo mostra-se de extrema importância no ambiente escolar. Isso, porque possibilita a criação de oportunidades para que o educando possa buscar a construção de sua identidade, desenvolvimento de habilidades que o conduzam a uma atitude resiliente, desenvolvendo

a criticidade, autogestão, liderança, responsabilidade social. Em referência à legislação, elencamos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (BRASIL, 2012) indica a vinculação da educação escolar ao trabalho e às práticas sociais, esse dispositivo agrega valores de superação de desigualdades em seus artigos 1.º e 2.º, propõe que os processos formativos ao cidadão aconteçam em todos os âmbitos, incluindo não só às instituições de ensino, mas também, à família e a sociedade, propondo o respeito integral à dignidade humana. Desta forma, propiciar espaços de reflexão que possam contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de respeito, defesa e ampliação dos Direitos Humanos no ambiente escolar irá traçar uma estratégia de afinidade entre os conteúdos formais e informais, contribuições que favorecem a formação humana integral do estudante, portanto, entendemos que a relação entre direitos humanos e cidadania compreende a construção de ações que oportunizam ao estudante apreender o seu cotidiano como um ambiente permeado e diretamente envolvido por atitudes, ações e intenções. O objetivo deste estudo é analisar a inter-relação entre a participação dos estudantes nos Grêmios Estudantis e o estímulo a uma prática cidadã fomentada pela educação em direitos humanos.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, este estudo será caracterizado por uma Abordagem Qualitativa e fenomenológica, buscando identificar as experiências humanas vividas e descritas pelos participantes em relação a um fenômeno (CRESWELL, 2009). Nesse sentido, o desenvolvimento desta pesquisa será dividido em três fases. A primeira etapa corresponderá a uma pesquisa bibliográfica, através da leitura de obras referentes aos componentes históricos, sociais e culturais que influenciaram o protagonismo Juvenil e a implantação do grêmio estudantil no contexto escolar, bem como sua relação com a formação para Educação em Direitos Humanos no Brasil. Também faremos pesquisa documental, por meio do estudo de legislação nacional atinente à temática. Na segunda etapa, iremos compreender a visão dos estudantes sobre cidadania, protagonismo juvenil e Educação em Direitos Humanos através de entrevistas estruturadas a serem realizadas com jovens do 6º ao 9º ano, matriculados em duas escolas da rede pública estadual, localizadas em Olinda. Neste momento, faremos uma pesquisa de campo colhendo relatos trazidos por 5 estudantes de um escola estadual que não possui

grêmio estudantil e, igualmente, por 5 estudantes de uma escola que possui grêmio. Na terceira etapa, realizaremos a interpretação dos dados coletados através do método de análise de conteúdo (BARDIN, 1977) e iremos identificar diferenças e semelhanças entre o entendimento dos estudantes.

CONCLUSÃO

A partir do estudo em análise, visa-se contribuir para a inserção de sujeitos envolvidos com o contexto social, que valorizem o diálogo e a construção de uma sociedade pacífica e humanizada, que representa a possibilidade de articular ações que servirão para a formação da cidadania e a busca do bem comum, servindo de base para futuras criações de políticas públicas de incentivo a implantação do Grêmio estudantil nas Escolas e a inserção da Educação em Direitos Humanos, em consonância com as propostas do PNDH-3 (Brasil, 2010). Para estudantes, uma perspectiva reflexiva e construtivista no que concerne à Educação em Direitos Humanos e ao engajamento em órgãos colegiados, em específico ao Grêmio estudantil, contribuindo para uma prática voltada ao pleno exercício da cidadania. Entre as principais contribuições advindas desta pesquisa, ressaltamos a melhoria dos aspectos socioemocionais no contexto escolar; a criação de ações de caráter preventivo, buscando perceber (ou não) as interfaces entre a Educação em Direitos Humanos e a prevenção da violência escolar; por fim, estimular o protagonismo juvenil, a criticidade e o senso de cidadania.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos. Grêmio Estudantil. Protagonismo juvenil. Cidadania.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos 3**. Brasília, SEDH/MJ, 2009.

BRASIL, **Dispõe Sobre Organização De Entidades Representativas Dos Estudantes De 1 E 2 Graus E Da Outras Providencias**. Lei n.7.389/85, Brasília, DF: Senado, 1985.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 7. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Ed.Artmed. São Paulo. 2009.

LIMA, E. S. **Currículo e desenvolvimento humano**. Brasília, MEC/SEB, 2007.

SANTOS, B. de S.; CHAÚÍ, M. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.